



Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas

Declaração Conjunta

Num período decisivo para o futuro da União Europeia, a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CPRUP) recorda, de forma taxativa, a importância geoestratégica das RUP e a necessidade de convergência económica e social, pelo que, os Açores, as Canárias, a Guadalupe, a Guiana, a Reunião, a Madeira, a Martinica, Maiote e Saint-Martin, não podem constituir, sobretudo a nível orçamental, variáveis de ajustamento das políticas da União.

Continuar a parceria reforçada com as Regiões Ultraperiféricas

No momento de renovação das instituições europeias a CPRUP reafirma a importância do diálogo no quadro da parceria reforçada e convida a Presidente da Comissão Europeia, e o seu Colégio, a prosseguir o trabalho desenvolvido pela equipa precedente, privilegiando uma verdadeira metodologia transversal, ambiciosa e coerente, assim como uma abordagem preventiva baseada em análises de impacto *ex ante*.

Explorar plenamente as disposições do artigo 349 do TFUE

A Conferência saúda o compromisso da Comissão Europeia, expresso na carta de missão dirigida à futura Comissária da Política Regional, em defender, com base nas disposições do Tratado, os interesses das RUP.

Recorda que as RUP possuem um estatuto inscrito do TFUE, artigos 349 e 355, nº1, que as distingue da situação das outras regiões europeias mencionadas no artigo 174 do TFUE. O conceito de ultraperiferia não se assemelha, em caso algum, ao das regiões da UE com características geográficas particulares (ilhas, zonas de montanha e regiões com baixa densidade populacional). Existe uma diferença de facto e de direito em relação a estas regiões.

Assim, a Conferência convida a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu a fazer pleno uso, no conjunto das políticas europeias, das disposições de adaptação previstas no artigo 349 do TFUE, recordando que este artigo constitui uma base jurídica autónoma e suficiente que permite a adoção, sempre que necessário, de disposições específicas, tal como veio confirmar o Acórdão do Tribunal de Justiça da UE de 15 de dezembro de 2015, designado “Acórdão de Maiote”.

Esta jurisprudência abre novas perspetivas e justifica, em absoluto, que seja privilegiado um tratamento personalizado para as RUP, nomeadamente para melhor fazerem face aos desafios globais (migrações, alterações climáticas, globalização ...) e às consequências negativas do Brexit.

Adotar um orçamento europeu à altura dos desafios

A Conferência preconiza uma Europa recentrada nos seus cidadãos e nos seus valores fundamentais; uma União que utiliza todos os meios à sua disposição para promover o progresso, a criação de emprego e a coesão económica, social e territorial.

As negociações em curso sobre o quadro financeiro plurianual devem garantir a solidariedade europeia a favor das RUP. A Conferência espera, neste contexto, que o orçamento a aprovar para o período 2021-2027 traduza, claramente, a vontade constante da União Europeia em aplicar o artigo 349 do TFUE.

Na realidade, qualquer diminuição do orçamento e das taxas de cofinanciamento será inaceitável uma vez que agravará a situação das RUP, comprometendo os seus objetivos de competitividade económica e de crescimento sustentável no horizonte 2027.

Assim, a Conferência exige a alocação de envelopes financeiros devidamente aumentados em relação aos níveis do atual período de programação.

Apoiar a convergência das Regiões Ultraperiféricas através do novo instrumento orçamental da zona euro

A criação de um instrumento orçamental da zona euro a favor da convergência e da competitividade marca uma nova etapa na mobilização de mecanismos de solidariedade interna e de resiliência da União Económica e Monetária.

Nesta ótica, a Conferência apela à aplicação deste instrumento, que deve basear-se numa abordagem claramente territorial das políticas públicas das RUP.

Garantir uma coesão económica, social e territorial a favor das Regiões Ultraperiféricas

As exigências de concentração de fundos europeus, as condicionalidades e as recomendações do Semestre Europeu são elementos que podem comprometer as dinâmicas de desenvolvimento das RUP em lógicas nacionais e supranacionais desconexas das necessidades reais das regiões. A Conferência reafirma assim a necessidade de introduzir níveis de flexibilidade que permitam melhor ter em consideração as especificidades das RUP.

A Conferência considera que a manutenção (i) de taxas de cofinanciamento de 85% para as RUP, concedidas historicamente com base no artigo 349 do TFUE e (ii) da alocação de compensação de sobrecustos, continua a ser uma prioridade uma vez que são meios indispensáveis para a economia das RUP, na via de um desenvolvimento sustentável.

A Conferência considera que a alocação do FSE+ para as RUP contribuirá para a implementação de uma verdadeira dimensão social no contexto da estratégia europeia a favor das RUP, desde que seja dotada de recursos financeiros verdadeiramente adicionais em relação à existente alocação específica do FEDER.

Esta abordagem deve ser orientada com o objetivo de atingir taxas de empregabilidade elevadas, com emprego de qualidade, e justiça social com uma real igualdade de oportunidades, designadamente em termos de mobilidade.

Apoiar os setores tradicionais

A agricultura e as pescas, setores estratégicos e incontornáveis, têm um papel essencial na autossuficiência alimentar, na segurança sanitária, no emprego, na criação de riqueza, no ordenamento do território, no ambiente e contribuem para os objetivos de sustentabilidade das RUP.

O apoio a estes setores, nomeadamente através do FEAMP, do POSEI e do FEADER, deve, obrigatoriamente, inscrever-se no quadro de um orçamento europeu ambicioso.

No que se refere ao setor das pescas, a Conferência apela à máxima flexibilidade de gestão ao serviço do desenvolvimento das suas frotas de pesca e dos seus planos de compensação de sobrecustos.

Sobre a PAC, a Conferência apoia uma abordagem regional, no quadro dos planos estratégicos nacionais e na gestão dos programas de desenvolvimento rural, indispensável aos seus modelos agrícolas específicos.

Dar respostas concretas ao défice de acessibilidade das Regiões Ultraperiféricas

A Conferência recorda que o desenvolvimento das RUP necessita que sejam dadas respostas concretas ao isolamento a que estão sujeitos os seus cidadãos e as suas empresas, nomeadamente através de um serviço reforçado entre os seus territórios e o continente europeu, mas também aos níveis regionais e inter-regionais.

A Conferência permanece convicta que a melhoria da acessibilidade das RUP passa por uma verdadeira vontade da UE em reformar a sua política comum de transportes e em promover uma real acessibilidade digital nas RUP.

Garantir uma transição ecológica justa e equilibrada nas Regiões Ultraperiféricas

A União Europeia fixou como objetivos tornar-se mais inteligente, mais verde, mais ligada, mais cidadã, mais social. As RUP fazem destes objetivos uma prioridade uma vez que cada um deles constitui um imperativo para o seu crescimento económico, para a sua coesão social e territorial, e para preparar um futuro sustentável para as suas populações.

No que se refere a estas orientações gerais, definidas no quadro do programa estratégico 2019-2024, adotado pelo Conselho Europeu a 20 de junho de 2019, a Conferência convida a União Europeia a intensificar as suas ações em favor da redução dos impactos climáticos nos seus territórios. Não obstante, recorda a necessidade de conciliar o atingir deste objetivo com os constrangimentos de acessibilidade inerentes às RUP.

A Conferência partilha, efetivamente, a ambição de uma Europa mais sustentável e climatericamente neutra. Nesta perspetiva, recorda o desafio da resiliência, de importância maior para as RUP, e sublinha a necessidade de integrar no futuro Pacto Verde (*Green Deal*), uma dimensão específica da ultraperiferia.

Por outro lado, a Conferência felicita-se com o compromisso da Comissão Europeia em criar um “*Fundo para uma Transição Justa*” para apoiar os esforços de descarbonização das regiões com mais dificuldades. Apela, desde logo, à mobilização deste dispositivo para as iniciativas de crescimento verde desenvolvidas pelas RUP, designadamente em matéria de economia circular, de transição energética e de gestão de resíduos.

A Conferência recorda a importância destes esforços no contexto das RUP: *hot-spots* de biodiversidade particularmente expostos, frequência acrescida de riscos maiores, zonas não interconectadas, dependência de energias fósseis e regiões isoladas, ou afastadas, dependentes do transporte aéreo.

Valorizar a situação geoestratégica e geoeconómica das Regiões Ultraperiféricas

No quadro da globalização, a Conferência insiste na necessidade de melhor proteger os interesses das RUP no quadro a política externa da União Europeia, onde se incluem as negociações sobre a futura

parceria com os países ACP, sobre os acordos comerciais (nomeadamente o futuro acordo com o Reino Unido) e sobre os acordos de pesca.

A integração das empresas das RUP nas cadeias de valor europeias e internacionais pode constituir uma oportunidade real de abertura ao exterior. A Conferência convida a um aprofundamento dos trabalhos e do diálogo com as instituições para dinamizar e aumentar a atratividade e a competitividade das suas regiões. Neste quadro, apela, nomeadamente, a que seja alargado aos mercados das RUP o conceito de auxílios de impacto meramente local.

A Conferência considera indispensável a implementação operacional da nova componente RUP no quadro da Cooperação Territorial Europeia, sem, no entanto, limitar a participação destas regiões nas outras componentes. Do mesmo modo, realça a importância das novas possibilidades de desenvolvimento de projetos de cooperação entre todas as RUP.

As RUP possuem um potencial marítimo importante para a UE e, por isso, estão comprometidas com diligências de desenvolvimento de uma economia azul que necessitará de um aumento dos meios financeiros e de instrumentos de cooperação reforçados.




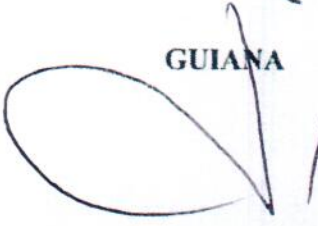
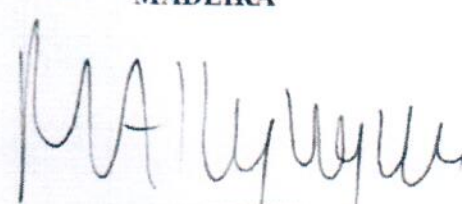

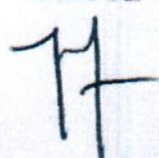
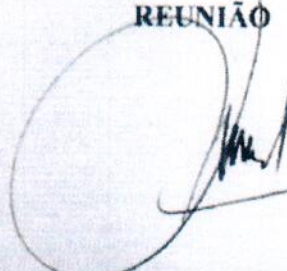
Facilitar a participação das Regiões Ultraperiféricas nos programas horizontais

De modo a valorizar e desenvolver o potencial dos seus territórios, a Conferência solicita que seja dada uma atenção especial à tomada em consideração das RUP nos programas horizontais europeus.

* * *

A Conferência confia no compromisso forte do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, ao lado do Conselho, para que as negociações em curso sobre o próximo período de programação resultem em avanços decisivos na consideração das especificidades das RUP e na resposta às expectativas dos seus cidadãos.

Bruxelas, 18 de novembro de 2019

<p>AÇORES</p> 	<p>CANARIAS</p> 	<p>GUADALUPE</p> 
<p>GUIANA</p> 	<p>MADEIRA</p> 	<p>MARTINICA</p> 
<p>MAIOTE</p> 	<p>REUNIÃO</p> 	<p>SAINT-MARTIN</p> 